



Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE MAIO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 1989.
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Furiatti e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Caíto Quintana, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Villela e Vera Agibert (39). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, João Arruda, Leônidas Chaves e Rafael Greca (08). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Eduardo Baggio, Ezequias Losso, Tadeu Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira e Werner Wardenner (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o nº ATG/1564/89, do Senhor Gover-

nador do Estado em exercício, encaminhando o balanço geral das contas da administração direta e indireta do Estado, relativas ao exercício de 1988. Ao conhecimento da Casa.

Mensagens:

MENSAGEM Nº 50/89

Curitiba, 26 de abril de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Engenheiro Beltrão o imóvel urbano constituído pela data nº 16, da quadra 22, com a área de 480 m., havido pelo Estado conforme Matrícula R. 01/6.091, do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que no Imóvel, cuja doação se pretende efetivar, será construída a sede da Escola do Trabalho da Comunidade local.

Cumpra destacar que o anteprojeto de lei em causa contém dispositivos no sentido de que o Imóvel em referência fique gravado com a cláusula de inalienabilidade e que reverta automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada destinação diversa da estabelecida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ
Governador do Estado
em exercício.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Engenheiro Beltrão o imóvel urbano constituído pela data nº 16, da quadra nº 22, com a área de 480 m., havia pelo Estado conforme Matrícula R. 01/6.091, do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis de Engenheiro Beltrão.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação de que trata esta Lei fica gravado com a cláusula de inalienabilidade que deverá constar do respectivo título e será exclusivamente destinado à construção da sede da Escola do Trabalho de Engenheiro Bel-

trão, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 3º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 51/89
Curitiba, 02 de maio de 1989.

Senhor Presidente.
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos seguintes:

DATA	OBJETIVO
30.11.88	Uso da motomecanização agrícola ao pequeno e médio produtor rural;
25.08.88	Classificação de casulo verde de origem animal e fio de seda;
27.10.88	Implantação de uma unidade demonstrativa de conservação de solo e água no Município de Palmeira.

Para os mesmos fins, também são encaminhadas cópias autênticas de termos aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, cujas datas e objetivos são os que seguem:

Nº DE ORDEM e DATA
5º - 21.10.88
DATA DO CONVÊNIO ORIGINAL
18.10.65
OBJETIVO
Operacionalização do programa de incentivo à produção, comércio e distribuição de sementes e mudas selecionadas para o pequeno agricultor;
Nº DE ORDEM E DATA
19º - 28.11.88
DATA DO CONVÊNIO ORIGINAL

25.05.79

OBJETIVO

Classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico para o mercado interno;

Nº DE ORDEM E DATA

12º - 19.12.88

DATA DO CONVÊNIO ORIGINAL

18.12.80

OBJETIVO

Inspeção da produção de sementes e mudas certificadas e fiscalizadas no Estado do Paraná;

Nº DE ORDEM E DATA

19º - 28.11.88

DATA DO CONVÊNIO ORIGINAL

07.10.76

OBJETIVO

Pesquisas sobre mercado agrícola;

Nº DE ORDEM E DATA

3º - 16.11.88

DATA DO CONVÊNIO ORIGINAL

30.07.87

OBJETIVO

Implantação de reflorestamentos com finalidade energética (Projeto Biomassa);

Nº DE ORDEM E DATA

25º - 21.11.88

DATA DO CONVÊNIO ORIGINAL

02.10.75

OBJETIVO

Programa que visa dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Indicações:

Senhor Presidente.

Pelo presente, vimos indicar os Deputados Amélia Hruschka e Lindolfo Júnior, para suplentes na Comissão Constitucional, em substituição aos Deputados Gernote Kirinus e José Afonso Júnior, que passaram a titulares na qualidade de relatores de Comissões Temáticas.

Sem mais para a ocasião, aproveitamos para renovar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Líder do PMDB.

Senhor Presidente.

Pelo presente, vimos indicar o Deputado Acyr Mezzadri, para titular da Comissão de Constituição e Justiça, em substituição ao Deputado Lauro Lobo Alcantara, que passa a ocupar a suplência.

Nada mais havendo a tratar, no ensejo, renovamos os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Líder do PMDB.

Senhor Presidente.

Pelo presente, vimos indicar o Deputado Sabino Campos para titular da Comissão de Saúde Pública, em substituição ao Deputado Lauro Lobo Alcantara.

Sendo o que havia para o momento, na oportunidade, renovamos os protestos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Líder do PMDB.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n° 002/89, que dispõe sobre a punição aos Deputados faltosos.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência à Mensagem Governamental n° 50/89.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Sra. Débora Dias, solicitando a esta entidade o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis para o Lar dos Velhinhos de Maringá.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Senhora Débora Dias, solicitando a esta entidade o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, do Município de Flórida.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Senhora Débora Dias, solicitando a esta entidade o forne-

cimento de cobertores e alimentos não perecíveis para as pessoas carentes do Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma ponte no Município de Nova Tebas, ligando ao distrito de Alto São João.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido vem reforçar o já feito a esta Secretaria pelo Vereador Tomaz Ossak, no Município de Roncador. Segundo o nobre vereador, atualmente a travessia por esta via citada, tem que ser feita por dentro d'água, ocasionando enormes transtornos e oferecendo sérios riscos aos que por ali trafegam. Ressalta ainda o edil que a situação fica mais grave em épocas de chuva, onde a travessia fica praticamente impossível.

Pelo exposto, solicito a imediata atenção desta Secretaria para o caso, para que o mesmo seja resolvido o quanto antes.

REQUERIMENTO N° 795

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente a ilustre Secretaria de Estado da Educação, Prof.^a Gilda Poli, no sentido de viabilizar recursos para as escolas públicas estaduais do Município de Ribeirão do Pinhal, para atendimento da merenda escolar.

Referida solicitação se faz em função da escassez de alimentos para atender a merenda escolar. A exemplo, a Vereadora Nadir Fraga que é Diretora da Escola Estadual Dr. Marcelino Nogueira, nos revelou pessoalmente que esta escola ainda não está servindo merenda porque na maioria das oportunidades os alimentos são comprados com seus próprios recursos e com a ajuda da comunidade em promoções realizadas com a ajuda dos pais dos alunos.

Da presente requer, se dê conhecimento aos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Ribeirão do Pinhal, e em especial a Vereadora Nadir Fraga.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 796

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado ao ilustre Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, expediente solicitando que não mais se concretize as ameaças emanadas do Gerente Regional de Santo Antônio da Platina, o qual procurou de toda forma possível o desentendimento dos grevistas, funcionários do Banestado, com os integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, na cidade de Cornélio Procopio.

Referida solicitação se faz em função de que o líder sindical Joni da Silva Correia denunciou tal fato através da Rádio Graúna de Cornélio Procopio, no dia 29 de abril próximo passado, causando estranheza ao subscritor desta, pois o direito de greve está previsto pela Constituição Federal, e a Polícia Militar do Estado deve ser solicitada para garantir a segurança dos cidadãos e nunca para promover a desproteção.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 797

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado Senhor Álvaro Fernandes Dias e ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, no sentido de serem viabilizadas as melhorias necessárias na rodovia que liga os Municípios de Lunardelli a Jandaia do Sul, passando por São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí e Bonsucesso.

Referida solicitação se faz em função de que o Parlamentar subscritor desta verificou pessoalmente que a rodovia mencionada se encontra em estado de verdadeiro abandono, com o mato invadindo a pista, as galerias existentes totalmente cobertas pela vegetação, dificultando desta forma o trânsito de veículos e colocando em risco a segurança dos usuários.

As melhorias reivindicadas é um anseio da população de todos os municípios apontados.

Do presente requer se dê conhecimento aos ilustres Prefeitos Municipais de São

João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Lunardelli, Jandaia do Sul, Bonsucesso, bem como às Câmaras Municipais de Vereadores, e em especial aos Vereadores Adilson Calixto (São João do Ivaí) Walter Sticanella, Antônio Bóbo, Célio Brugnolo e Antônio Della Rosa (São Pedro do Ivaí), que foram os autores do pedido.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 783

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitação da implantação de um módulo policial defronte à estação rodoviária no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, tendo em vista que a falta de segurança na localidade, tem provocado grandes apreensões à população que trafega diariamente ou que trabalha na rodoviária e proximidade. Essa preocupação, tem origem em vários casos de ação de marginais contra os transeuntes ou pessoas que utilizam dos serviços na rodoviária, principalmente contra os profissionais de táxi, cuja integridade fica diariamente exposta a riscos imprevisíveis.

Visa-se com a presença ostensiva de policiais no local, afastar os marginais e suspeitos, cujo número vem crescendo assustadoramente, face à ausência de policiais, o que contribui para o crescimento do número de assaltos a transeuntes e motoristas de táxi.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, é que trago tal proposição a apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 784

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, Fernando Xavier Ferreira, solicitação da inclusão do Município de Kaloré no orçamento de remodelação e ampliação de linhas telefônicas.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão, tendo em vista que o sistema telefônico do município de Kaloré encontra-se em péssimas condições, totalmente defasado dando origem a inúmeros problemas diários, dificultando o uso normal pelos usuários.

Além disso, o crescimento da demanda supera hoje em muito a quantidade de terminais oferecidos, fazendo com que deva ser urgenciada sua ampliação, de forma a que possa atender adequadamente a comunidade local, em cumprimento às suas finalidades.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, é que trago tal proposição a apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, reivindicando a estadualização da Estrada Campo Mourão/Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a estrada que liga Campo Mourão a Barbosa Ferraz é de competência exclusiva de ambos os municípios que são responsáveis por sua conservação.

Nossa reivindicação prende-se ao fato das dificuldades financeiras e pouca estrutura disponível dos respectivos municípios em manter em estado normal de manutenção o trecho compreendido pela estrada, que corta áreas de topografia bastante acidentada e com lages em diversos locais, merecendo portanto uma conservação constante.

Motivados pelo exposto, solicitamos atenção desta Secretaria em relação ao caso, estadualizando a estrada e sensibilizando-se por sua conservação.

REQUERIMENTO N° 779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente oficial ao Sr. FERNANDO XAVIER FERREIRA, Ilustríssimo Presidente da TELEPAR, objetivando melhorias no sistema telefônico do Município de Kaloré.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se pois, de uma reivindicação da

Câmara Municipal de Kaloré, na pessoa do Vereador Raimundo Cividini, que aliado aos apelos da população, a qual conhece profundamente a realidade do sistema de telecomunicações daquele Município, solicita para que haja por parte da TELEPAR uma remodelação do sistema já existente, bem como o aumento do número de aparelhos telefônicos, que não conseguem suprir as necessidades atuais.

Seguramente, por ser justa a reivindicação, aguardamos da TELEPAR a atenção esperada.

REQUERIMENTO N° 781

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, seja marcada para o dia 23 de maio de 1989 às 15 horas, a sessão solene de outorga do Título de Cidadania Honorária do Paraná aos Senhores Lafayette Queirolo e Ricardo Queirolo.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHEITTI

REQUERIMENTO N° 786

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos desta data, do Poder Legislativo, de votos de congratulações pela passagem do DIA DO ARTISTA PLÁSTICO.

"Arte é a inelutável tarefa de interpretar e reconstruir o mundo, criando imagens carregadas de significação - plásticas, musicais, verbais, cinestésicas ou fotográficas - onde coexistem premonição, denúncia, perplexidade, esperança e ironia."

E os que fazem esta arte? vanguardistas da história? Agentes ativos da história? Passivos? Ou são a própria história?

É neles que se baseia toda a história da humanidade, porque foi através dos traços primitivistas, dos desenhos recheados de lógica e simbolismo que se encontrou as informações das primeiras civilizações.

Serviu, a arte, para os povos pré-colombianos determinarem e construírem seus calendários, com desenhos significativos de cada época do ano.

Serviu à Igreja, na Capela Sistina, por exemplo, para mostrar aos fiéis os pecados originais e capitais.

Quando da caída do Império Bizantino, os artistas refugiaram-se na Itália, onde havia proteção para a sua criação e criatividade, e transformaram-na no importante centro cultural da Idade Média.

Fugiam aos iconoclastas malditos, eram protegidos pelos mecenas, pelos déspotas esclarecidos.

Fizeram o iluminismo: iluminaram a "Idade das Trevas".

No Brasil, Anita Malfatti, na década de 20, deu traços a importante movimento político, artístico e social: o Modernismo.

No Paraná, nossa história, contada pelo brilho e genialidade de De Bona, Viaro, Andersen, Potyguara Lazarotto, além é claro, da grande legião que, anonimamente, desenvolvem, com humildade e perseverança, o ofício da criação.

Nesta data, recebem os artistas plásticos do Paraná os votos de sinceros agradecimentos do Poder Legislativo, pela dedicação à vida e à história que, apesar dos iconoclastas malditos, ainda muito vivos, têm demonstrado, no retrato, da realidade e do utópico, abstratos ou explícitos, que, afinal, têm o mesmo objetivo.

Que do teor desta proposição, dê-se ciência à Associação dos Artistas Plásticos do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 794

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expostas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações aos Vereadores do Município de Ribeirão do Pinhal (Dr. Fernando Calixto Fraes, João de Lima, Irineu dos Santos Lopes, Moacir Ribeiro Lataliza, Aires Antônio Galina e Nadir Fraga), pela instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com finalidade de apurar responsabilidades, que consistem na autorização do Sr. Prefeito Municipal de Ribeirão do Pinhal, em liberar funcionários da Prefeitura, em horário normal de trabalho desta, para executar serviços em propriedade particular do Tesoureiro e Contador da municipalidade apontada; havendo desta formar a ilicitude do ato que está sendo apurado pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Se todo o legislativo brasileiro se utilizasse do poder que lhe é atribuído pela nossa Constituição, certamente fiscalizaria os atos do Poder Executivo, e estaria cumprindo um dos seus principais deveres.

Sala das Sessões, em 08.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 804

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, após ouvido o douto

lamentável que homens que estejam à frente desse sistema estejam conscientemente admitindo que não têm condições. E como tal recomendo, por exemplo que se implante a segurança pública, nos estabelecimentos de ensino se servindo das Associações de Pais e Mestres para, então, administrar. E quem poderia lhes oferecer a segurança necessária.

Um homem, um líder à frente de um sistema jamais poderia passar para a comunidade esse estado de coisas. É admitir realmente a falência, a falta de estrutura, de competência e, naturalmente, transmitindo-lhes a insegurança.

Passa o Brasil por momentos muito difíceis. E, na semana passada, terça-feira, próxima passada, desta tribuna chamava atenção e, ato contínuo, dias depois, a imprensa nacional observava o que realmente estava acontecendo neste País. E fazíamos observações a respeito dessa continuidade desta Instituição Política neste Parlamento, no Paraná, para a necessidade de retomarmos e fazermos alguma coisa, já que a Instituição estava sendo queimada, solicitada a nível nacional para a comunidade para uma providência imediata, atribuindo a responsabilidade de políticos que nada fazem a não ser tratar assuntos de seu interesse.

Hoje, o Presidente do Congresso Nacional, Senador, chamava a atenção de todos os políticos para a necessidade de se montar uma cruzada. Uma cruzada no sentido de tentar amenizar o grande sufoco nacional.

Não fosse tudo isso, o clima de insegurança que paira nesse Brasil e neste Estado, naturalmente transmite uma inquietude, uma intranquilidade a todos nós.

É em função disso, Senhor Presidente, Senhores Deputados que venho a esta Casa para observar o seguinte. O Sindicato de Transportadores de Carga está criando uma outra polícia, uma brigada. Vejam vocês, foram buscar um outro adjetivo, uma brigada para oferecer-lhes a segurança, já que a Polícia Militar não tem condições de fazer. A Polícia Militar tem, desde que devidamente comandada, desde que devidamente administrada assim como, a Secretaria de segurança, se estivesse em mãos hábeis, em mãos competentes, para poder administrar, desenvolver e conduzir o processo de uma forma mais soberba, mais galhardia, mais decente.

Não fora isso Senhores, os Comerciantes reuniram-se recentemente, pedindo por sua vez, que fossem tomadas providências, porque a segurança está deixando a desejar, assaltos a mão armada, diariamente bando de marginais adentram porta aberta e vão ali assaltar, roubar-lhe, não só clientes como caixa, tirando e pondo uma certa intranquilidade naqueles que ...

(É cortado o som).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência tem o horário do PSDB.

O SR. RAUL LOPES - Muito obrigado.

Não fora a Associação Comercial, o Prefeito Municipal de Curitiba, por sua vez também, além da guarda Municipal que já existe, cria recentemente os zeladores distritais, naturalmente são guardas preparados, orientados para manter a segurança em comunidade de Bairros. E assim um amontoado de coisas, está a sociedade, a comunidade, a criar, a pedir e desenvolver alguma coisa, no sentido de salvaguardar-se, face a falta de segurança.

E eu pergunto Governador, o Senhor sabe disso?

Eu quero crer que não. Sirva-se do seu assessoramento, para tentar fazer alguma coisa, se não as coisas vão mal.

Do jeito que vai Senhor Governador, a Segurança Pública será manchete nacional, já que estamos em ambiente ainda regimental, ainda na nossa área do nosso Estado, sem o qual nós seremos naturalmente invadidos por outros marginais, que naturalmente irão procurar a nossa área, a nossa praça, porque aqui a coisa está muito fácil, está muito simples evidente, de sorte que, Senhor Governador eu chamo a atenção para que atente bem para esse aspecto, sob pena de nós termos que pagar pesados tributos, e não sejamos nós depois, Deputados, que teremos que, naturalmente, arcar com a responsabilidade.

Não é por falta de atenção, não é naturalmente por falta de advertência, não pague Senhor Governador. Como temos costumeiramente a oportunidade de lhes dizer, não pague para ver Governador.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estivemos recentemente no Município de Ribeirão do Pinhal e na certa nos nossos contatos, com aquela população, não encontramos um fato novo, mas apenas a ação de uma Câmara de Vereadores, que realmente está cumprindo o seu papel.

Notamos ali, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Poder Legislativo, naquele Município procura realmente fiscalizar com mais frequência os atos do Poder Executivo. Não foi nenhuma novidade tal fato. O que estranhou é a seriedade com que levam os Vereadores a fiscalizar realmente o Poder Executivo. Por quê? Denúncias a respeito da má utilização do di-

nheiro público é todo dia deflagrada pelos nossos jornais. Todo dia se tem uma notícia de que realmente não se está levando a sério o Poder Executivo, de uma maneira geral, neste Estado e nesta Nação. Mas, aqueles Vereadores, procurando ser úteis à sua comunidade, denunciaram o uso irregular de funcionários prestando serviços nas casas de chefes daquele órgão, ou seja, da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal. E o que ocorreu? Ocorreu que a população, a população que hoje exerce um papel fundamental, acompanhou de perto a apuração das irregularidades. E temos certeza que aquela população vai obter para si o resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito que foi instaurada naquele Município.

É por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós apresentamos na sessão de hoje, um voto de congratulações aos integrantes da Câmara Municipal daquele Município, porque se todos os parlamentos municipais, estaduais e o próprio Congresso Nacional agissem desta forma, certamente nós teríamos uma melhor aplicação do dinheiro do povo brasileiro.

Era isso, Senhor Presidente. Era isso, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL, se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados; eu quero também, fazer aqui minhas as palavras do Deputado Raul Lopes, no que concerne ao problema da segurança pública no Estado do Paraná.

Neste fim de semana, lamentavelmente, o noticiário policial, quase que na sua maior parte, foi dedicado às ações ilegais, irresponsáveis de alguns policiais, como se tivessem tomado, praticamente, o lugar daqueles marginais que costumemente cometem os seus delitos. Lamentavelmente tivemos a ação irresponsável de dois policiais civis que ao fazerem uma abordagem a um grupo de 15 a 20 jovens que saíam de um aniversário, obrigaram estes jovens a se deitarem no asfalto.

E como consequência, pararam com o carro policial, na contra-mão, com a luz alta, ofuscando a visão do motorista que vinha no sentido contrário, com um "fiat". E o resultado foi desastroso. Oito jovens foram parar no pronto-socorro, porque foram atropelados por um veículo que vinha no sentido contrário. E os policiais, irresponsáveis, mais uma vez, trataram de fugir sem prestar o socorro, sem prestar atendimento àqueles jovens que ficaram estendidos no asfalto. E antes, já estavam estendidos pela ação irresponsável dos policiais que, para fazer uma abordagem, obrigaram a todos que se deitassem no asfalto.

Além disso, tivemos também o envolvimento de um policial militar no interior do Estado, que acabou matando um trabalhador e provocou a revolta da população a qual invadiu a delegacia, quase destruindo-a completamente.

Nos últimos dias, lamentavelmente, a crônica policial tem dado espaço muito grande às notícias envolvendo policiais civis, policiais militares, enfim, fatos lamentáveis que estão acontecendo.

E o que trouxe hoje a esta tribuna o Deputado Raul Lopes é realmente muito sério Senhores. Não podemos admitir que o comando da Polícia Militar, convoque os homens da reserva para irem a uma reunião no quartel a fim de que esses homens dêem alguma importância para que a Polícia Militar possa contratar um advogado para defender as suas causas aqui na Assembléia quando nós sabemos que aqui na Assembléia há uma sensibilidade por parte de todos os parlamentares em defender a nossa segurança pública, seja ela Polícia Militar ou seja ela a Polícia Civil.

Não há necessidade do comando da Polícia Militar contratar um advogado para que ele venha aqui nessa Assembléia defender os interesses da Corporação Militar, da gloriosa Polícia Militar.

Em que pese alguns fatos isolados, a sua coporação e a instituição não fica manchada sobre casos isolados que acontecem tanto na Polícia Militar como na Polícia Civil.

Não podemos aceitar isso. É preciso na verdade que haja algum entendimento melhor entre o Comando da Polícia Militar. Talvez um trabalho mais efetivo, mais sensível junto aos homens desta Casa apenas cordial. Não há o que brigar, o que exigir, porque cada um dos Parlamentares que aqui está representa uma cidade deste Paraná e sabe das dificuldades, das deficiências que apresenta a nossa corporação da Polícia Militar, a área de segurança num sentido todo.

Então, não há razão de contratar, de convocar os reservas para que tirem di-

nheiro do bolso para contratar um advogado.

Se eu entendi assim, se estou entendendo completamente errado essa decisão, muito embora tenho o maior respeito à figura do Coronel Vantuil Borges, Comandante da Polícia Militar.

Então, fica aqui, também, meu caro Deputado Raul Lopes, ex-Comandante da Polícia Militar, companheiro Deputado, fica aqui também a minha insatisfação por ter tomado conhecimento, e aliás, até no meu programa de rádio fui solicitado para convocar os homens de reserva para uma reunião no quartel da Polícia Militar.

Se soubesse eu que era nesse sentido, eu até não teria convocado e teria dado a resposta na hora. Só fiquei sabendo hoje através do que disse aqui o Deputado Raul Lopes.

Concedo o aparte ao Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes - É, realmente, Deputado Algaci Túlio, lamentável quando não só eu como Vossa Excelência, e, tenho certeza, os demais Deputados tomaram conhecimento ou deverão tomar conhecimento.

O Comando da Polícia Militar lamentavelmente reúne os companheiros da reserva no sentido de motivá-los e conscientizá-los a descontar um certo valor de um determinado advogado para trabalhar na reivindicação dos interesses deles junto a esta Casa.

Eu, pelo que estou observando e tenho assistido aqui dentro desta Casa, todos os Deputados têm sido sensibilizados, têm sido solicitados e estão de prontidão, espontaneamente no sentido de salvaguardar a manutenção de todas as reivindicações que se fizerem necessárias, porque todos eles estão sensibilizados e todos eles têm naturalmente dentro da sua respectiva área a sensibilidade necessária para os negócios da segurança pública, e em especial na área militar.

E ele naturalmente convoca os companheiros a descontarem um certo valor no sentido de obterem e conquistarem uma isonomia salarial junto aos delegados, conquistado recentemente na Constituição Federal.

É lamentável que isto tenha ocorrido. Obrigado pela sua oportunidade.

O SR. ALGACI TÚLIO - Só para completar, Senhor Presidente, dizendo que o PDT se associa ao movimento dos professores da Universidade de Maringá e de Londrina que um grupo de professores que saíram de Maringá no dia 15 em caminhada ao longo das Rodovias 376 e 277 e chegaram hoje pela manhã em Curitiba e estão concentrados diante do Palácio Iguaçu pedindo uma au-

diência com o Governador Álvaro Dias.

Esperamos que haja uma sensibilidade do Senhor Governador no sentido de receber os professores de Maringá e de Londrina que, afinal de contas, não vieram de carro leito nem de ônibus convencional, mas vieram à pé de Maringá e Londrina, chegando hoje pela manhã em Curitiba, saindo de Maringá no último dia 15.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra, representação do PTB.

Havendo declinado, concedo a palavra à representação do PIN.

Havendo declinado, concedo a palavra à representação do PMDB.

Havendo declinado, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para suplentes na Comissão Constitucional, em substituição aos Senhores Deputados Gernote Kirinus e José Afonso Júnior. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para titular da Comissão de Constituição e Justiça, em substituição ao Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para titular da Comissão de Saúde Pública, em substituição ao Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 295/87, de autoria do Deputado Pedro Tonelli, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1º de JULHO, com sede e foro nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 224/88, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que declara de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC, com sede e foro na cidade de Mariluz-Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS, da C.C.J., e C.D.C. por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 254/88, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública a UNIAO DE SERVIDORES PÚBLICOS UNIVERSITÁRIOS- UNISERVI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 256/88, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 99/88), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhinhas um terreno urbano medindo 800,00 m² com as benfeitorias nele existentes, constituído pela data n° 150, da quadra n° 23, daquela municipalidade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 286/88, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Antônio Costenaro Neto, que denomina RODOVIA DOM ALBERTI, o trecho da PR- 170, compreendido entre a BR- 272, a BR-369. Com PARECERES FAVORÁVELS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 290/88, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que denomina de ESMERALDA MORENO DE CARVALHO, a Escola Estadual do Jardim São Silvestre em Maringá. Com PARECERES FAVORÁVELS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 317/88, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública a ORGANIZAÇÃO ECOCATU PRO-NATUREZA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 90/89, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 43/89), que objetiva dar nova redação a dispositivos da Lei n° 7.047, de 21 de novembro de 1978, e as suas posteriores alterações, com vistas a elevar de 16.790 para 17.492, policiais militares, o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, quanto aos aspectos da constitucionalidade, finanças e segurança pública. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, pareceres da Comissão Geral da Constitucionalidade, dos aspectos financeiros e do aspecto da segurança pública, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 90/89
DA CONSTITUCIONALIDADE

PARECER:

O projeto de Lei n° 90/89, oriundo de Mensagem Governamental n° 43/89, tem por escopo elevar de 16.730, para 17.492, policiais militares, o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

É de competência do Poder Executivo, nos termos do Art. 144, § 7° da C.F. disciplinar por intermédio de lei a organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, para garantir a eficiência de suas atividades.

É de se concluir pois, que o ora versado projeto de lei submete-se totalmente às disposições Constitucionais atinentes à matéria consequentemente somos de parecer Favorável, pela Aprovação do Projeto de Lei n° 90/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 90/89

ASPECTOS FINANCEIROS

PARECER:

Sob a ótica do aspecto financeiro, certo é que um aumento no efetivo da P.M. do Estado do Paraná, demandará certo custo a ser extraído do orçamento público, no entanto, necessário faz-se considerar que existe seguramente previsão orçamentária para cobrir tal despesa no que a iniciativa do aludido projeto de lei parte do Poder Executivo, através da Mensagem n° 43/89.

Portanto, somos de parecer Favorável pela Aprovação do Projeto de Lei n° 90/89.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 90/89

P A R E C E R:

DO ASPECTO DA
SEGURANÇA PÚBLICA

No que tange à segurança pública, é inequívoco que o aumento no efetivo da Polícia Militar implicará em inúmeros benefícios ao Estado.

Dúvidas não há de que a manutenção da ordem pública no âmbito estadual está intimamente vinculada a um eficiente desempenho da Polícia Militar.

Assim, considerando-se as condições geo-sócio-econômicas, evolução demográfica, extensão territorial, índices de criminalidade e demais circunstâncias que se encontram descritas de forma detalhada na justificativa em anexo à Mensagem n° 43/89, ao Governador do Estado, somos de parecer Favorável pela Aprovação do Projeto de Lei n° 90/89.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

- Em votação. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 95/88 (Mensagem nº 95/88, ex-Proposição nº 92/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 28.04.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 96/88 (Mensagem nº 111/88, ex-Proposição nº 104/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 03.09.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Município de Nova Londrina, objetivando a execução das atividades do Núcleo de Profissionalização Rural, no sentido de promover ações de integração, capacitação e aperfeiçoamento do Jovem do Campo. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 01/89 (ex-Proposição nº 113/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, que ratifica a decisão de Tribunal de Contas do Estado do Paraná, proferida no acórdão nº 1027/88, de 16 de junho de 1988, referente à prestação de contas do Instituto de Assistência ao Menor - IAM. - Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - A Comissão de Tomada de Contas, no uso de suas atribuições regimentais, e de conformidade com a Lei nº 6765, de 26 de dezembro de 1975, resolve:

Ratificar na íntegra a decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, proferida no Acórdão nº 1927/88, de 16 de junho de 1988, referente à Prestação de Contas do Instituto de Assistência ao Menor - IAM, de responsabilidade do seu Diretor, Senhor Romeu João Munaretto.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.01.89.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
SABINO CAMPOS - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 113/88

PARECER:

A proposição em exame, enfoca a Prestação de Contas do Instituto de Assistência ao Menor - IAM, do exercício de 1984, encaminhada a esta Augusta Casa de Leis para apreciação, pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, através do Ofício A.T.G., nº 1227/88.

Esta Procuradoria, procedendo minucioso exame dos autos de Prestação de Contas do Instituto de Assistência ao Menor, do exercício de 1984, verificou que a mesma recebeu por parte da 6ª Inspeção de Controle Externo, daquela Corte de Contas, várias impugnações em suas contas, por haver encontrado, na análise da documentação, um evidente prejuízo do Estado do Paraná, em virtude de não terem sido atendidas as determinações legais para a efetivação da despesa no exercício de 1984, daquele Instituto de Assistência ao Menor.

A procuradoria do citado Tribunal, através do Parecer nº 8247/88, decidiu-se pela desaprovação das Contas, a par das medidas cabíveis, relacionadas com as impugnações que forem e vierem a ser julgadas procedentes.

O Conselheiro Cândido Manuel Martins de Oliveira, Relator dos autos em epígrafe, proferiu seu voto pela não aprovação da Prestação de Contas do Instituto de Assistência ao Menor - IAM, relativa ao exercício de 1984, negando provisão de quitação ao seu Diretor responsável.

O Acórdão nº 1927/88, daquela Colenda Corte de Contas, após relatar e discutir os autos de Prestação de Contas, protocolado sob nº 10.442/88-T.C., do Instituto de Assistência ao Menor, correspondente ao exercício de 1984, de responsabilidade do seu Diretor, Senhor Romeu João Munaretto, acordou o Egrégio Tribunal, com os termos do voto do Relator, Conselheiro Cândido Manuel Martins de Oliveira, em desaprovar as Contas daquele Instituto.

Isto posto, face a tudo que dos autos consta, entendemos que a douta Comissão de Tomada de Contas desta Augusta Casa de Leis, deve referendar a decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, apresentando Projeto de Resolução, de acordo com a Lei nº 6765, de 26 de dezembro de 1975, artigo 5º, § 2º.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.01.89.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
SABINO CAMPOS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 02/89 (ex-Proposição nº 03/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, que aprova as contas da aplicação de dotação de Subvenção Social, dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1988, regulamentada.

das pela Resolução n° 55/83 e Decreto Legislativo n° 138/88, de 20 de maio de 1988, conforme ofícios n° 02 e 03/89, do Departamento Financeiro. - Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 02/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. Único - São aprovadas as contas da aplicação de dotação de Subvenção Social, dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1988, regulamentadas pela Resolução n° 55/83 de 03 de outubro de 1983 e Decreto Legislativo n° 138/88, de 20 de maio de 1988, conforme ofícios n° 02 e 03/89, do Departamento Financeiro.

Sala das Sessões, em 13.02.89.

(a) HERMAS BRANDÃO.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO N° 003/89

P A R E C E R:

A presente proposição tem por finalidade a prestação de contas da aplicação da dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, regulamentada pela Resolução n° 55/83 e pelo Decreto Legislativo n° 138/88, referente ao exercício de 1988.

Faz a Diretoria Financeira, através da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, um relato explanativo sobre a movimentação de créditos, movimento de caixa e bancária, e relação de cheques emitidos e não descontados até 31 de dezembro de 1988, citando nominalmente os Senhores Deputados e suas aplicações, quanto ao uso da verba de Assistência Social relativa ao mesmo exercício. Conforme o exposto, a documentação está em ordem, obedecendo a Regulamentação da Resolução n° 055/83, razão pela qual emitimos Parecer Favorável à sua aprovação pelos doutos membros da Comissão de Tomada de Contas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.02.89.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de n° 787, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 798, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 781, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 778, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legis-

lativa.

Requerimento de n° 780, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 788, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 796, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 794, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 779, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 782, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 783, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 784, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 785, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 786, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 789, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 790, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 791, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 792, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 793, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 795, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 797, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 802, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 803, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 804, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 753, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 745, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.**

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela Ordem)
Sr. Presidente, eu solicito a verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu solicito a chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vai se proceder à verificação de votação.
(É procedida a chamada nominal).
23 Srs. Deputados presentes.

Não há quorum para votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse inseridos nos Anais da Casa, a presença do ex-Deputado, atual Prefeito de Umuarama, o Sr. Alexandre Ceranto, da Sra. Elmida Pazanoló, Vereadora; do Vereador José Tadeu e o Dr. Aldino Pazanoló. É uma honra tê-los aqui, e gostaríamos que fosse registrado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa vai registrar a presença de tão honrosas pessoas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 42/89 e de Resolução nº 06/89.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nº 95, 96/88 e 02/89.

Levanta-se a sessão.

Constaram da pauta em 1ª Discussão, os Projetos de Lei nº 326/84, 279, 325, 330/88, 05, 06, 07, 16, 19, 22, 26, 27, 34, 52, 53, 71, 73, 77, 88 e 99/89.

BALANÇANTE DO MES DE ABRIL DE 1989

PASSIVO

LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS

PESSOAL	
211.11 - Pessoal Civil	4.686.000,00
211.12 - Obrig. Patronais	401.000,00
211.13 - Inativos	1.600.000,00
211.14 - Pensionistas	103.000,00
211.15 - Salário Família	21.000,00
211.16 - Out. Transf. Pessoas	-0-
	<u>6.811.000,00</u>

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

211.21 - Mat. de Consumo	122.402,00
211.22 - S. T. e Encargos	650.150,00
211.23 - Desp. do Exerc. Ant.	4.370,00
211.24 - Sub. Sociais	118.800,00
211.25 - Apoio Financ. Est.	-0-
211.26 - Assist. Méd. Hosp.	18.622,00
	<u>914.344,00</u>

CAPITAL

211.31 - Obras e Instalações	-0-
211.32 - Equip. Mat. Perm.	-0-

CREDORES

212.10 - Desp. Empenhada	209.140,58
213.10 - Desp. Processada	36.660,38
213.20 - Folha de Pagamento	278.165,68
213.30 - Restituições	178,02
	<u>524.144,66</u>

CONTAS PENDENTES

215.10 - Out. Cont. Pendentes	204,08
215.11 - Ext. dos Centavos	-0-
	<u>204,08</u>

RESTOS A PAGAR

216.10 - Empenhadas	19.465,25
216.20 - Processadas	1.321,20
216.30 - Cred. em Consignações	29,69
216.40 - Proc. Fol. Pagamento	-0-
	<u>20.816,14</u>

CREDORES DIVERSOS

217.10 - Consignações	62.243,49
	<u>62.243,49</u>

RECEITA PATRIMONIAL

218.10 - Rec. de Aplicações	5.074.982,08
218.11 - Rec. Diversas	-0-
	<u>5.074.982,08</u>

TOTAL DO PASSIVO 13.407.734,45

ATIVO

DISPONÍVEL

201.10 - Tesouraria	6.189.780,11
	<u>6.189.780,11</u>

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

202.11 - Pessoal Civil	4.433.494,02
202.12 - Obrig. Patronais	199.886,80
202.21 - Mat. de Consumo	118.324,89
202.22 - S. T. e Encargos	579.689,70
202.23 - Desp. do Exerc. Ant.	4.338,11
202.31 - Sub. Sociais	118.800,00
202.41 - Inativos	1.410.936,34
202.42 - Pensionistas	76.741,09
202.43 - Salário Família	8.606,28
202.44 - Apoio Financ. a Est.	-0-
202.45 - Assist. Méd. Hosp.	10.000,00
202.46 - Out. Transf. a Pessoas	-0-
202.51 - Obras e Instalações	-0-
202.52 - Equip. e Mat. Perm.	-0-
	<u>6.960.817,23</u>

CONTAS PENDENTES

203.11 - Desp. Diferida	-0-
203.12 - Out. Cont. Perd.	-0-
203.13 - Div. Responsáveis	-0-

EXERC. DESP. EXTRA ORÇAMENTÁRIA

204.11 - Receita Patrimonial	257.137,11
204.12 - Outras	-0-
	<u>257.137,11</u>

TOTAL DO ATIVO 13.407.734,45